



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



ASSESSORIA TÉCNICA E JURÍDICA PARA A GESTÃO DE BENS SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

PARECER Nº: 05/2014

DATA: 20/01/2014

PROCESSO Nº.: 1632/2013

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS CONDICIONADORES DE AR TIPO "SPLIT" COM INSTALAÇÃO, PARA EDIFICAÇÕES UTILIZADAS PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM DIVERSAS CIDADES DO ESTADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS, PARTES INTEGRANTES E INSEPARÁVEIS DO EDITAL.

IMPUGNANTE: ELETROLUX DO BRASIL S/A.

ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 131/2013.

Senhor Pregoeiro

Trata-se de análise jurídica à peça impugnativa apresentada pela empresa Eletrolux do Brasil S/A, a qual leva em consideração a análise técnica efetivada pela GEMAP/DENGEPI, área demandante do objeto almejado no certame em referência.

Aluda-se, preliminarmente, à admissibilidade da Impugnação interposta pela Eletrolux do Brasil S/A.

Conforme prevê o subitem 15.1 do instrumento convocatório, qualquer pessoa poderá apresentar impugnação ao ato convocatório do pregão eletrônico até dois dias antes da data fixada para abertura da sessão pública.

Em se considerando que a sessão fora agendada para 18 de dezembro de 2013 e a impugnação interposta em 12 de dezembro de 2013, resta evidente sua tempestividade.

Quanto ao mérito, a Eletrolux do Brasil reúne as razões de sua impugnação em três núcleos distintos, atacando a divisão dos lotes determinada por esta Administração, a reunião do fornecimento dos equipamentos e sua respectiva instalação no mesmo lote e, por último, a exigência de Selo Procel para os mesmos.

Em face disso, alega haver restrição ilícita à competitividade do certame, pleiteando, portanto, a divisibilidade dos lotes por especificação dos equipamentos, o desmembramento do serviço de instalação do fornecimento e a exclusão da exigência do Selo Procel.

11

40



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ao se posicionar sobre o alegado acerca da divisibilidade dos lotes, a GEMAP/DENGEP¹ – responsável pelos estudos prévios ao processamento da licitação – ponderou, em síntese, o que segue:

nos termos editalícios, o agrupamento de capacidades em hipótese alguma impõe exigência de fabricante único, garantindo a necessária e desejada máxima competitividade entre os fabricantes e instaladores do mercado fornecedor, além de, no contexto em questão, ser irrelevante técnica e economicamente a diferenciação por capacidade.

Já no que pertine à exigência de instalação dos equipamentos em conjunto com seu fornecimento, a GEMAP/DENGEP² salienta que:

é nítida a preocupação desta Administração quanto a competência técnica necessária para execução do objeto, nos limites legais previstos, a fim de se garantir padrão de qualidade adequado ao desempenho e vida útil esperada para os condicionadores de ar.

Quanto à desvinculação, propriamente, entre as parcelas "fornecimento" e "instalação", há que se considerar o grande transtorno, sob o aspecto operacional, para esta Administração, em casos de eventual falha técnica, que, pela natureza do objeto em questão, pode ser oriunda tanto do equipamento quanto da instalação. Em tais casos, estando envolvidos dois fornecedores, e não sendo evidente a origem da falha, caberia ao Tribunal a responsabilidade por dirimir a questão, mesmo não sendo dotado de específica competência técnica. Sob o aspecto econômico, optou-se por regionalizar os lotes de instalação, estimulando a participação de empresas das respectivas regiões e garantindo maior competitividade ao certame.

A GEMAP/DENGEP³ também ressalta que a divisão de lotes considerou, como critério preponderante, a necessidade de instalação dos equipamentos, afirmando que "*Devido à especialização requerida e ao custo logístico envolvido, buscou-se maior economicidade na obtenção do objeto, regionalizando a disputa*". Ao mesmo tempo, afirmou que, como são diversas as comarcas a serem atendidas, tendo em vista a necessidade de deslocamento para a execução da instalação, e considerando que, mesmo agrupadas, cada comarca apresenta necessidades distintas em relação a outras da mesma região, avaliou-se que o critério da regionalização prepondera sobre o da capacidade dos equipamentos a serem fornecidos. E acrescentou:

caso contrário, seriam necessárias duas licitações, a primeira, apenas para aquisição dos equipamentos, dividindo-se os lotes por capacidade dos mesmos, como requer a Impugnante; a segunda, para instalação, a partir do resultado da primeira, dividindo-se os lotes por marca de equipamento e previsão de atendimento a todas as comarcas, para

¹ Cf. CI GEMAP/DENGEP nº. 002/2014.

² Cf. CI GEMAP/DENGEP nº. 002/2014.

³ Cf. correspondência eletrônica encaminhada em 16.01.2013, cópia anexa.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



todos os lotes. Este fato, por si só, comprova a inviabilidade econômica do modelo de licitação requerido pela impugnante Eletrolux, uma vez que, quaisquer empresas, de quaisquer portes, não teriam outra opção senão executar o serviço, eventualmente, em todas as comarcas, implicando em maior custo logístico e, consequentemente, em aumento de dispêndio por parte da Administração. Além disso, empresas de atuação regional seriam desestimuladas a participar do certame⁴.

Ademais, a área demandante reafirma que os critérios econômicos levam à ampliação da competitividade, na medida em que empresas de menor porte que atuem em determinada região poderão participar da licitação para execução do objeto na específica localidade em que atuam.

Reflita-se, ante o exposto, que o objeto em licitação é a aquisição de aparelhos condicionadores de ar devidamente instalados, baseado nas necessidades específicas deste Tribunal. Tal exigência visa à maior eficiência e melhores resultados na contratação, haja vista que, ao transferir ao fornecedor a responsabilidade pela instalação, almeja-se garantir que os produtos serão instalados por profissionais devidamente habilitados e capacitados e, ainda, credenciados junto ao fabricante para o serviço.

Noutro giro, a realização de processos distintos para aquisição e fornecimento poderia levar ao sucesso de um certame e fracasso do outro, causando prejuízos à Administração e postergando a satisfação do interesse público envolvido na presente licitação. Tal posicionamento é corroborado pela seguinte orientação da Consultoria Zênite:

O que se pretende frisar é que a divisão do objeto deve ser razoável e proporcional, de sorte a efetivamente ampliar a competitividade, viabilizando a contratação pelo melhor preço, à vista da realidade de mercado e das peculiaridades de ordem técnica.

Somando-se a essas considerações, é mister que seja sopesada a questão procedimental. Ou seja, até que ponto se mostra viável e eficiente a divisão do objeto em itens, de modo que cada item equivalha a uma unidade/modelo do objeto, para fins do processamento do certame.

Assim, além da verificação de viabilidade técnica e econômica na divisão do objeto, é mister seja avaliado até que ponto essa divisibilidade se mostra adequada do ponto de vista procedimental.

Acentue-se, ademais, que a questão relacionada com o processamento da licitação agrava-se no pregão, em que haverá o oferecimento verbal de lance.

Todos esses condicionantes deverão ser analisados à vista dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Estará preservada a razoabilidade quando o administrador, na prática de dado ato, observa a dosimetria adequada, razoável, lógica, entre as razões do ato e os fins que procura atingir. É mister que o comportamento do agente público seja equilibrado ao sopesar os

⁴ Cf. correspondência eletrônica encaminhada em 16.01.2013, cópia anexa.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

contornos da situação concreta, a descrição legal e a finalidade a ser atingida.

À vista das considerações acima expendidas, deverá a Administração consulente proceder à avaliação, verificando de que forma se mostrará mais razoável a divisão do objeto: em alguns lotes, nos quais se insiram unidades/modelos individualizados (ou itens, como indicados pela Consulente) ou vários itens (de sorte que cada qual equivalha a uma unidade/modelo).

Frise-se, dada a importância do tema: **tal decisão deve nortear-se pela possibilidade técnica e econômica da divisão, à vista da realidade de mercado**, sempre tendo em mira o fundamento maior da licitação por itens/lotes, qual seja, a ampliação da competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa.

Ressalte-se que a indicação de divisão do objeto em itens ou lotes não significa que deve se dar a tal ponto que cada item equivalha a uma unidade/modelo do que se pretende contratar. Ora, se restar demonstrado que a divisão em lotes (nos termos sugeridos pela Consulente) viabilizará a ampliação da competitividade e se mostra mais eficiente do ponto de vista procedimental, não vislumbramos a necessidade de uma divisão excessiva do objeto. A decisão acerca da matéria deve sempre e sempre pautar-se pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, os quais são mandamentos basilares do ordenamento jurídico-administrativo pátrio.⁵ (grifamos)

Evidente, pelo exposto, que a divisão e composição dos lotes constantes da Licitação nº. 131/2013 visam à plena satisfação das necessidades deste Tribunal, baseadas em suas especificidades e peculiaridades. Em razão disso, há que se salientar que os princípios previstos na Constituição da República e na Lei federal nº. 8.666/93 devem ser interpretados em conjunto e não isoladamente.

De fato, esta Administração sopesou os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, legalidade e isonomia juntamente com as normas que determinam a ampliação, *tanto quanto possível*, da competitividade, de forma que se viabilizasse a obtenção da proposta mais adequada ao atendimento do interesse público.

Nada há, portanto, a ser reformado quanto à divisão e composição dos lotes em licitação.

Não obstante, embora não fosse objeto da impugnação interposta pela Eletrolux do Brasil, identificou-se, no momento da presente análise, a necessidade de alteração das normas de qualificação técnica e referentes ao início da execução dos serviços de instalação, para melhor adequação das regras editalícias aos fins almejados por este Tribunal.

Desta forma, a GEMAP/DENGEP solicita a supressão da alínea "b" do subitem 8.3.4. do Edital – que trata da capacidade técnico operacional – e alteração da redação do item 9 do Termo de Referência,

⁵ CONSULTORIA ZENITE: Consulta em Destaque – 570/89/JUL/2001. Os condicionantes a serem observados pela Administração para a divisão do objeto. Orientação Jurídica.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



solicitando registro no CREA/MG ao licitante vencedor ou **instalador subcontratado** cuja sede se situe fora de Minas Gerais.

Estas medidas, em especial a supressão da alínea "b" do subitem 8.3.4., ao que entende esta Assessoria, prestam-se à ampliação da competitividade do certame, na medida em que se exclui a necessidade de apresentação de atestado de capacidade operacional, razão pela qual a capacidade técnico operacional passa a ser presumível pelo credenciamento do instalador junto ao fabricante do produto.

Por sua vez, no que pertine à exigência de Selo Procel, a GEMAP/DENGEP acata os argumentos da Eletrolux do Brasil, nos termos da CI n.º 002/2014, pelo que será a mesma excluída das regras licitatórias.

CONCLUSÃO:

Frente ao exposto, esta Assessoria opina, s.m.j., pela manutenção incólume da composição e divisão dos lotes da Licitação nº. 131/2013, bem como pela necessidade de exclusão da exigência de Selo Procel, prevista no Item 4 do Termo de Referência, na descrição das especificações técnicas dos aparelhos condicionadores de ar.

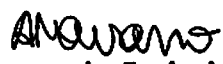
No entanto, haja vista a reavaliação promovida pela área demandante, embora não seja objeto específico da impugnação interposta pela Eletrolux do Brasil S/A, sugerimos, s.m.j., a supressão da alínea "b" do subitem 8.3.4. do Edital, bem como à alteração da redação do item 9 do Termo de Referência, nos moldes em que foram solicitadas pela GEMAP/DENGEP.

À elevada e criteriosa apreciação de Vossa Senhoria.


Jussara Hamacek Pinho
Assessora Jurídica, em exercício

Colocando-me de acordo com a manifestação da ASCONT, encaminhe-se todo o processado à GECOMP para as providências pertinentes ao prosseguimento do certame.

Em 20.01.2014.


Adriana Lage de Faria Navarro
Diretora Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio, em exercício



Recebido em 21 / 01 / 14
por: Andreia / Gal.